



## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

### **Norma SASB: Water Utilities & Services**

**Setor:** Saneamento

**Versão:** 12/2023

### **APRESENTAÇÃO**

Este texto apresenta os principais pontos debatidos com representantes de entidades e empresas do setor de saneamento brasileiro. Não se trata de um resumo da norma ou de uma interpretação do CBPS, mas sim de um primeiro contato para os agentes interessados nas normas do SASB relativas ao segmento mencionado.

Adicionalmente, são apresentadas observações sobre a atual adoção da norma SASB no setor<sup>1</sup>. O estudo foi baseado em todos os indicadores do *SASB Water Utilities & Services*. Quando algum indicador constar no Pronunciamento Técnico CBPS 02 Divulgações Relacionadas ao Clima (*IFRS S2 Climate-related Disclosures*), será acrescentado indicação “**consta no Guia Setorial - CBPS 02**”.

As reuniões foram realizadas entre outubro de 2023 a setembro de 2024. A análise empírica sobre a aderência à norma SASB pelo setor foi baseada nos Relatórios de Sustentabilidade publicados pelas empresas de saneamento do Brasil.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO NO BRASIL**

O setor de saneamento no Brasil é um dos segmentos econômicos fundamentais para o desenvolvimento do país, devido à sua relação direta com saúde pública, meio ambiente e qualidade de vida.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, a titularidade do serviço de utilidade pública de saneamento pertence aos municípios, na qual pode ser prestado de forma direta ou conceder o

---

<sup>1</sup> Foi realizado um estudo sobre a aderência das práticas de divulgação das informações referentes à sustentabilidade em relação as normas *SASB Water Utilities & Services*, com base em uma amostra composta por 06 empresas listadas na B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão do setor de saneamento, no ano de 2022, na qual inclui empresas de abastecimento de água e esgotamento.

## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

direito de exploração desses para empresas do setor público e privado. A concessão no setor pode ser água e esgoto (plena) ou de apenas um dos serviços.

Contudo, é um setor que tem grandes desafios, como a falta de cobertura adequada em diversas regiões, pouco e/ou fraca infraestrutura e baixa qualidade na prestação de serviços.

Conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)<sup>2</sup>, referente ao ano de 2022, cerca de 16% da população ainda não tem acesso à água potável, e aproximadamente 45% não têm acesso a coleta de esgoto. Ainda, segundo dados do SNIS, o país contava com 25 companhias estaduais, 1.236 municípios prestadores e 102 empresas privadas atuando no setor de saneamento.

Paralelamente, a esse cenário tem-se a Lei nº. 14.026/2020, conhecida como Novo Marco Legal do Saneamento, apresentou uma série de mudanças buscando modernizar o setor e aumentar a participação do setor privado nos serviços de água e esgoto, tem como uma das suas principais metas, que até 2033, 99% da população tenha acesso à água potável e 90% tenham acesso à coleta e tratamento de esgoto. Para atingir as metas do Novo Marco Legal, acredita-se que o Brasil precisará de um grande volume de investimentos para universalizar o acesso aos serviços de saneamento<sup>3</sup>.

A falta de saneamento básico adequado está diretamente ligada a problemas de saúde pública e é um fator determinante para incidências de doenças de veiculação hídrica e de doenças respiratórias, conforme estudo do Trata Brasil<sup>4</sup> “A vida sem saneamento: para quem falta e onde mora essa população?” divulgado em novembro de 2023.

Além disso, o lançamento de esgoto sem tratamento em rios e mares tem consequências graves para o meio ambiente, contribuindo para a poluição e degradação dos ecossistemas aquáticos.

Apesar dos inúmeros desafios, o setor de saneamento no Brasil tem potencial de crescimento nos próximos anos, buscando alcançar as metas de universalização, dependendo de boa governança, alocação eficiente de recursos e reporte adequado de suas atividades.

---

<sup>2</sup> Brasil. Ministério do Desenvolvimento Regional. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS: diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2022. Brasília: MDR/SNSA, 2023.

<sup>3</sup> BNDES. Estudo sobre as necessidades de investimento para universalização do saneamento. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2021.

<sup>4</sup> Fonte: <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/11/Estudo-ITB-A-vida-sem-saneamento-Para-quem-falta-e-onde-mora-essa-populacao-V.-2023-11-14.pdf>.



## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

### **DESCRIÇÃO DA INDÚSTRIA:**

#### Dentro do escopo:

Se enquadram dentro desse normativo do SASB as seguintes empresas:

- empresas que possuem e operam sistemas de abastecimento de água
- empresas que possuem e operam sistemas de tratamento de esgoto
- empresas que fornecem serviços operacionais e especializados de água para os proprietários desses sistemas

Estão incluídas entidades possuem e operam sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto (geralmente estruturados como negócios regulados) ou fornecem serviços operacionais e especializados de água para os proprietários desses sistemas (normalmente operações baseadas no mercado). Os sistemas de abastecimento de água incluem a captação, tratamento e distribuição de água para residências, empresas e outras entidades, como governos. Os sistemas de esgoto coletam e tratam águas residuais, incluindo esgoto, águas cinzas, fluidos industriais e escoamento de águas pluviais, antes de descarregar o efluente resultante de volta no meio ambiente

#### Fora do escopo:

- serviços de água categorizados como projeto e desenvolvimento de infraestrutura (ver (Engineering & Construction Services - IF-EC))

O escopo da indústria de Water Utilities & Services (IF-WU) exclui os serviços de água categorizados como projeto e desenvolvimento de infraestrutura. Essas atividades estão incluídas na indústria de Serviços de Engenharia e Construção (Engineering & Construction Services - IF-EC).



**Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

**TÓPICOS DA NORMA:**

- Tópico 1 – Gerenciamento de Energia
- Tópico 2 – Eficiência da Rede de Distribuição
- Tópico 3 – Gerenciamento da Qualidade do Efluente
- Tópico 4 – Acessibilidade e Acesso a Água
- Tópico 5 – Qualidade de Água Potável
- Tópico 6 – Eficiência no Uso Final
- Tópico 7 – Resiliência do Abastecimento de Água
- Tópico 8 – Resiliência de Rede e Impactos das Mudanças Climáticas

## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

### **1. Gerenciamento de Energia**

#### **1.1. Sumário**

As entidades do setor de saneamento consomem grandes quantidades de energia para captar, transportar, tratar e distribuir água, bem como para descarte de águas residuais. A eletricidade da rede é a fonte mais comum, sendo a energia o segundo maior custo operacional após água, produtos químicos, mão de obra e outros custos. O uso ineficiente da eletricidade pode aumentar as emissões de gases de efeito estufa (Escopo 2), enquanto regulamentações ambientais podem afetar o custo da energia no futuro. Além disso, as mudanças climáticas podem comprometer a confiabilidade da rede elétrica e a disponibilidade de água, o que aumentaria a intensidade energética da prestação de serviços. Métodos como reciclagem e dessalinização demandam ainda mais energia. Decisões sobre o uso de energias renováveis e geração no local influenciam tanto os custos quanto a confiabilidade do abastecimento de energia.

#### **1.2. Métricas**

**IF-WU-130a.1. (1) Total de energia consumida, (2) percentual de rede de eletricidade, (3) percentual de energia renovável (*consta no Guia Setorial - CBPS 02*)**

Descrição breve: A entidade deve divulgar o total de energia consumida, incluindo energia comprada de fontes externas e autogerada, e calcular o consumo com base nos valores de poder calorífico superior (HHV). Também deve informar o percentual de energia proveniente da eletricidade da rede e o percentual de energia renovável utilizada. O escopo da energia renovável inclui combustível renovável consumido, energia renovável produzida diretamente pela entidade e energia renovável comprada, se adquirida por meio de um contrato de compra de energia renovável (PPA) que inclua explicitamente certificados de energia renovável (RECs) ou garantias de origem (GOs), um programa de fornecedor certificado pelo Green-e Energy, ou outros produtos de energia verde que incluam explicitamente RECs ou GOs, ou para os quais RECs certificados pelo Green-e Energy sejam emparelhados com eletricidade da rede. O escopo da divulgação cobre todas as operações de água, esgoto e águas pluviais.

Categoria: Quantitativa

Unidade medida: Gigajoules (GJ), Porcentagem (%)

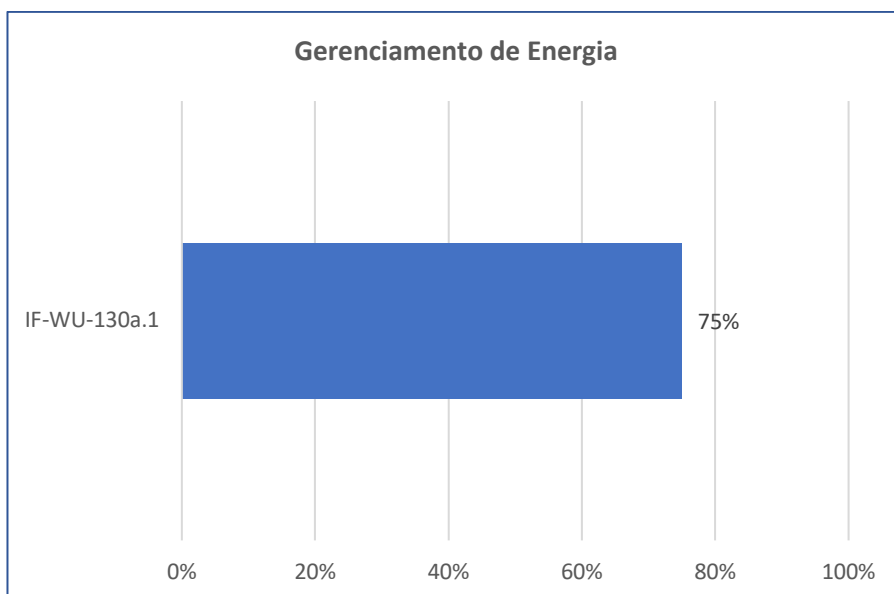
## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

### **Comentários sobre o tópico:**

Como pode ser observado no Gráfico 1, as empresas do setor apresentam um bom nível de divulgação sobre gerenciamento de energia, capturar por uma única métrica subdivida em 3 subitens. Cabe destacar que a norma SASB pede que seja divulgado o consumo total de energia em gigajoule (GJ), mas essa métrica é comumente reportada em kilowatt/hora (kWh).

**Gráfico 1 – Gerenciamento de Energia**



## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

### **2. Eficiência da Rede de Distribuição**

#### **2.1. Sumário**

As empresas de abastecimento de água operam redes complexas de infraestrutura, incluindo tubulações e estações de bombeamento, que podem perder grandes volumes de água, conhecidos como ‘água não faturada’, devido a vazamentos e ineficiências. Essas perdas afetam o desempenho financeiro, aumentam tarifas e desperdiçam recursos como energia e produtos químicos. Melhorias na infraestrutura e processos operacionais podem reduzir essas perdas, aumentar a receita e reduzir custos, além de trazer retornos sobre o investimento ao priorizar a manutenção e substituição de tubulações e conexões.

#### **2.2. Métricas**

##### **IF-WU-140a.1 - Taxa de substituição da rede de água (*consta no Guia Setorial - CBPS 02*)**

Descrição breve: A entidade deve divulgar sua taxa de substituição das tubulações principais de água no sistema de distribuição. Essa taxa é calculada com base no comprimento total das tubulações substituídas durante o período de relatório, em relação ao comprimento total das tubulações principais. A divulgação inclui substituições completas e renovações que aumentem a vida útil das tubulações, excluindo reparos. A entidade também deve descrever os desafios relacionados à manutenção planejada e corretiva, como os impactos da corrosão e a capacidade de financiamento, e deve considerar fatores como idade e materiais das tubulações.

Categoria: Quantitativa

Unidade medida: Índice

##### **IF-WU-140a.2 - Volume de perdas reais de água não faturadas (*consta no Guia Setorial - CBPS 02*)**

Descrição breve: A entidade deve divulgar o volume de perdas reais de água não faturada no sistema de distribuição, em metros cúbicos. Essas perdas referem-se à água que não é cobrada e

## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

que resulta de vazamentos em tubulações e conexões de serviço, bem como transbordamentos de tanques de armazenamento. O cálculo deve seguir as leis e regulamentos locais, e, na ausência de tais normas, pode-se usar iniciativas voluntárias. A entidade também pode informar as técnicas utilizadas para medir essas perdas e os volumes correspondentes. A divulgação se aplica apenas a operações e serviços de água, excluindo esgoto e águas pluviais.

Categoria: Quantitativa

Unidade medida: Milhares metros cúbicos (m<sup>3</sup>)

### **Comentários sobre o tópico:**

Como pode ser observado, não existe qualquer divulgação em relação ao item de substituição da rede de água. Essa informação torna-se oportuna para que o usuário do relatório de sustentabilidade possa avaliar as operações de manutenção corretiva após a falha do ativo, os planos de manutenção regular, e compreender os riscos relevantes do equipamento, como por exemplo os impactos da corrosão e das propriedades do solo nos materiais das tubulações.

No que se refere a divulgação dos volumes de perdas reais de água não faturadas, as empresas apresentam aderência regular sobre o item, apesar que essas perdas são (ou deveriam ser) fortemente monitoradas e corrigidas de forma mais eficiente possível, pois afetam diretamente o fluxo de caixa. Portanto, acredita-se que falta a inclusão dessas informações nos seus relatórios, de forma a contribuir com o entendimento dos riscos e oportunidades da operação da empresa no que se refere a distribuição de água.

No Brasil, segundo o levantamento mais recente do Instituto Trata Brasil<sup>5</sup>, baseado no SNIS 2022 e divulgado em 2024, 37,8% de toda a água potável produzida foi perdida antes de chegar aos consumidores finais. Essa média nacional esconde variações regionais significativas: nas regiões Norte e Nordeste, as perdas são ainda mais elevadas, atingindo 46,9% e 46,7%, respectivamente. O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), por meio da Portaria 490/2021, estabeleceu a meta de reduzir essas perdas para 25% até 2034.

Diante dessa realidade, melhorar os Índices de perdas e a transparência na divulgação desses dados representa um desafio considerável para as empresas de saneamento, exigindo

---

<sup>5</sup> Estudo “Perdas de Água 2024 – SNIS 2022”: <https://tratabrasil.org.br/perdas-de-agua-2024/>

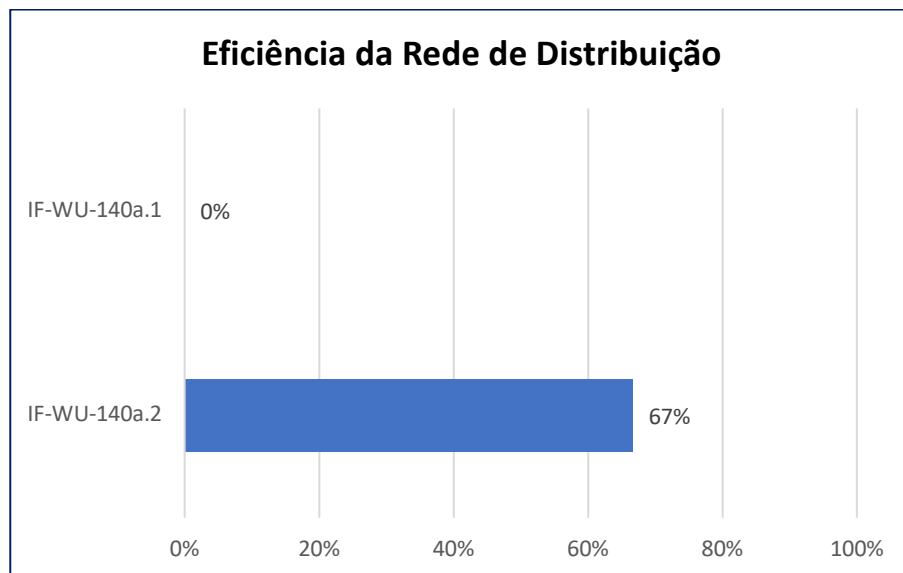


**Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento  
intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability  
Accounting Standards Board (SASB)**

---

investimentos constantes e uma gestão eficiente para garantir o uso sustentável dos recursos hídricos.

**Gráfico 2 – Eficiência da Rede de Distribuição**



## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

### **3. Gerenciamento da Qualidade do Efluente**

#### **3.1. Sumário**

As instalações de tratamento de água e esgoto geram efluentes que podem trazer riscos ao meio ambiente e à saúde humana. Esses efluentes contêm resíduos, produtos químicos usados no processo de tratamento e contaminantes removidos da água. Dependendo do processo de descarte, os impactos ambientais podem variar. Substâncias que não são tratadas adequadamente, como disruptores endócrinos (EDCs), estão gerando crescente preocupação entre reguladores e consumidores.

Devido a esses riscos, as instalações estão sujeitas a regulamentações ambientais rigorosas, e descargas de efluentes acima dos limites podem resultar em penalidades severas e comprometer a licença de operação da empresa. A gestão eficaz da qualidade do efluente, incluindo planejamento e manutenção de infraestrutura, é essencial para evitar essas consequências.

#### **3.2. Métricas**

##### **IF-WU-140b.1 - Número de incidentes de não conformidade associados a permissões, padrões e regulamentações de qualidade de efluentes de água**

Descrição breve: A entidade deve divulgar o número total de incidentes de não conformidade com permissões, padrões e regulamentações de qualidade de efluentes, incluindo violações tecnológicas e excedências nos padrões de quantidade ou qualidade. Isso inclui incidentes relacionados à descarga de substâncias perigosas, falhas no monitoramento de efluentes ou excedências nos limites de descarga, e abrange apenas os incidentes que resultaram em ações formais de fiscalização. Essas ações podem incluir penalidades administrativas ou processos judiciais. As violações devem ser divulgadas independentemente do método de medição ou frequência das descargas, tanto para descargas contínuas quanto não contínuas.

Categoria: Quantitativa

Unidade medida: Número

**Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

**IF-WU-140b.2 - Discussão de estratégias para gerenciar efluentes de preocupação emergente**

Descrição breve: A entidade deve discutir sua estratégia para gerenciar efluentes de preocupação emergente que não são regulamentados, mas podem representar riscos para a saúde humana ou o meio ambiente. Esses efluentes incluem resíduos farmacêuticos, produtos de cuidados pessoais e compostos que afetam o sistema endócrino. A entidade deve descrever se utiliza uma abordagem baseada em perigos (focada nas características tóxicas) ou baseada em riscos (focada na probabilidade de exposição) para identificar e gerenciar esses efluentes.

Deve-se discutir as práticas de monitoramento dos contaminantes emergentes e, se relevante, os processos de tratamento de águas residuais, como tecnologias avançadas (carvão ativado, ozonização). Além disso, é importante abordar os riscos e oportunidades associados à possível regulamentação futura desses contaminantes, como a capacidade de tratamento, custos de conformidade e expansão de infraestrutura.

Categoria: Análise e Discussão

Unidade medida: N/d

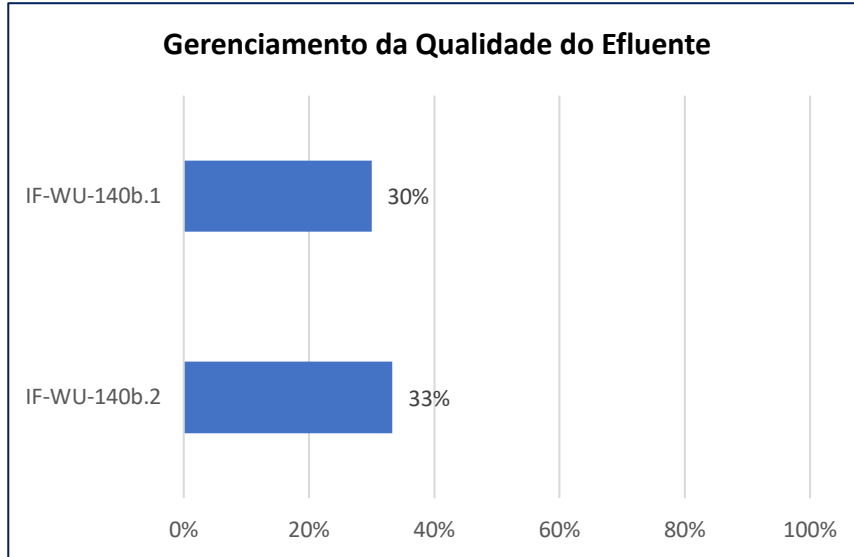
**Comentários sobre o tópico:**

Observado o Gráfico 3, pode-se considerar que há baixa evidenciação sobre o gerenciamento da qualidade dos efluente no setor de saneamento. Isso é preocupante, pois isso impacta diretamente o meio ambiente, pode gerar sanções por parte dos entes reguladores, caso não esteja atendendo adequadamente os padrões esperados. Sem essa divulgação, o usuário da informação não consegue avaliar adequadamente os possíveis riscos relacionados aos efluentes gerados pelas atividades da empresa. Tendo em vista, que toda essa atividade é muito fiscalizada pelos órgãos reguladores, essas informações já devem (ou deveriam) estar disponíveis para a devida divulgação em seus relatórios.

**Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento  
intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability  
Accounting Standards Board (SASB)**

---

**Gráfico 3 – Gerenciamento de Qualidade do Efluente**



## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

### **4. Acessibilidade e Acesso a Água**

#### **4.1. Sumário**

O acesso confiável à água potável é um direito humano básico, e preços acessíveis e acesso adequado são essenciais para garantir esse direito. No setor de saneamento básico, estruturar tarifas de forma justa e em colaboração com reguladores é crucial para manter a estabilidade financeira e promover o crescimento, especialmente em áreas com subfinanciamento da infraestrutura hídrica. Entidades que utilizam mecanismos tarifários que dificultam o acesso à água por meio de custos proibitivos ou outros meios podem enfrentar oposição da comunidade. Portanto, é importante garantir tarifas que equilibrem preços justos, acesso, financiamento sustentável da infraestrutura e retorno sobre o capital investido.

#### **4.2. Métricas**

##### **IF-WU-240a.1. - Tarifa média de água no varejo para clientes (1) residenciais, (2) comerciais e (3) industriais**

Descrição breve: A entidade deve divulgar sua tarifa média de água para varejo por metro cúbico entregue aos clientes, calculada dividindo a receita total da água entregue pelo volume correspondente de água em metros cúbicos. A divulgação deve ser separada por tipo de cliente: residencial, comercial e industrial, conforme os relatórios financeiros da entidade. Se clientes comerciais e industriais forem combinados nos relatórios, eles podem ser divulgados juntos. A entidade também pode divulgar subcategorias, como pequenos e grandes clientes comerciais. O escopo se limita aos serviços de água, excluindo esgoto e águas pluviais, mas tipos adicionais de clientes, como agrícolas, podem ser divulgados se existirem.

Categoria: Quantitativa

Unidade medida: Índice

**Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

**IF-WU-240a.3. – (1) Número de cortes de clientes residenciais por falta de pagamento, (2) percentual de religação em 30 dias**

Descrição breve: A entidade deve divulgar o número total de desconexões de água de clientes residenciais devido à falta de pagamento durante o período de relatório e a porcentagem dessas desconexões que foram reconectadas em até 30 dias. Reconexões incluem aquelas realizadas após o pagamento ou estabelecimento de planos de pagamento. O escopo da divulgação é limitado a serviços de água, excluindo esgoto e águas pluviais.

Categoria: Quantitativa

Unidade medida: Número, Porcentagem (%)

**IF-WU-240a.4. - Discussão do impacto de fatores externos na acessibilidade da água ao cliente, incluindo as condições econômicas do território de serviço**

Descrição breve: A entidade deve descrever fatores externos que possam impactar a acessibilidade da água para seus clientes, como geografia, clima, condições econômicas, regulamentações e políticas públicas. Esses fatores devem ser fora do controle direto da entidade e podem influenciar tarifas e a capacidade dos clientes de pagar suas contas. A entidade deve detalhar a frequência, magnitude e tendência de como esses fatores afetam a acessibilidade, bem como os riscos (inadimplência, incerteza de recuperação de custos) e oportunidades (crescimento de clientes, investimentos). A divulgação deve abranger todos os clientes de varejo no território de serviço, com possibilidade de priorizar clientes de baixa renda, e comparar tarifas e desconexões com outros serviços do setor.

Categoria: Análise e Discussão

Unidade medida: N/d

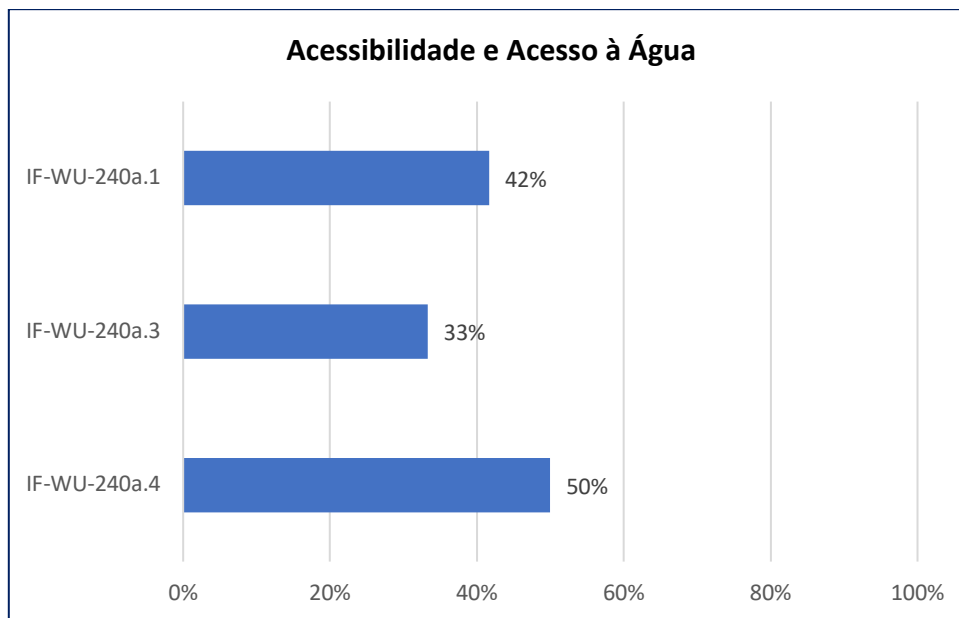
## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

### **Comentários sobre o tópico:**

Apesar desse item do relatório conter informações relativamente fáceis de coleta, monitoramento e assegurar, poucas empresas do setor têm reportado informações sobre o volume de incidentes (19%). Informações sobre taxa média de água por tipo de cliente (42% de reporte) e número de corte e religamento do fornecimento de água ao cliente (33% de reporte) são de essencial importância para a gestão das empresas de abastecimento de água. Elas são essenciais para a devida análise de riscos e oportunidade relativos as atividades da empresa, e estão fortemente relacionadas ao fluxo da caixa da empresa. Apenas metade das empresas que descrevem a estratégia e práticas para mitigar esse risco.

**Gráfico 4 – Acessibilidade e Acesso à Água**



## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

### **5. Qualidade de Água Potável**

#### **5.1. Sumário**

As entidades do setor devem garantir que a água potável esteja de acordo com as normas de saúde e seja fornecida de forma confiável, protegendo as fontes de contaminação para reduzir custos e processos de tratamento. Elas implementam e mantêm processos de tratamento abrangentes para atender aos padrões de qualidade e monitoram continuamente a água tratada. Desastres naturais, como incêndios e inundações, podem afetar a qualidade da água. Investimentos significativos são feitos para garantir o fornecimento seguro e consistente de água potável. Falhas nesse aspecto podem levar a multas, processos legais, aumento de custos operacionais, danos à reputação e até apreensão de ativos.

#### **5.2. Métricas**

##### **IF-WU-250a.1. - Número de incidentes de não conformidade associados a padrões e regulamentações de qualidade da água potável**

Descrição breve: A entidade deve reportar o número de incidentes de não conformidade com as normas de qualidade da água potável que resultaram em ações formais de fiscalização, como multas ou ações judiciais. O escopo inclui violações relacionadas aos testes, à comunicação de resultados e à divulgação pública. As categorias podem ser desagregadas conforme substâncias específicas, regiões ou gravidade. A entidade deve descrever casos notáveis de contaminação que requerem notificação urgente aos clientes, detalhando a causa, o número de pessoas afetadas, custos envolvidos, medidas de mitigação e outros impactos significativos. Além disso, deve informar sua conformidade com padrões jurisdicionais ou diretrizes da OMS, discutindo desafios e oportunidades decorrentes desses padrões.

Categoria: Quantitativa

Unidade medida: Número



**Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

**IF-WU-250a.2. - Discussão de estratégias para gerenciar contaminantes de água potável de preocupação emergente**

Descrição breve: A entidade deve discutir sua estratégia para gerenciar contaminantes na água potável que ainda não são regulamentados, mas levantam preocupações emergentes sobre seus efeitos na saúde humana e no meio ambiente. Contaminantes podem incluir resíduos farmacêuticos, pesticidas e substâncias que afetam o sistema endócrino. A entidade deve descrever se usa uma abordagem baseada em perigos (focada na toxicidade) ou baseada em riscos (focada na probabilidade de exposição) para identificar e gerenciar esses contaminantes.

Além disso, é importante detalhar as práticas de monitoramento utilizadas, os limites internos estabelecidos para os contaminantes, e as tecnologias de tratamento aplicadas, como carvão ativado, ozonização ou desinfecção por ultravioleta. A entidade também deve considerar os riscos e oportunidades relacionados a possíveis regulamentações futuras, como custos de conformidade ou oportunidades de expansão de infraestrutura.

Categoria: Análise e discussão

Unidade medida: N/d

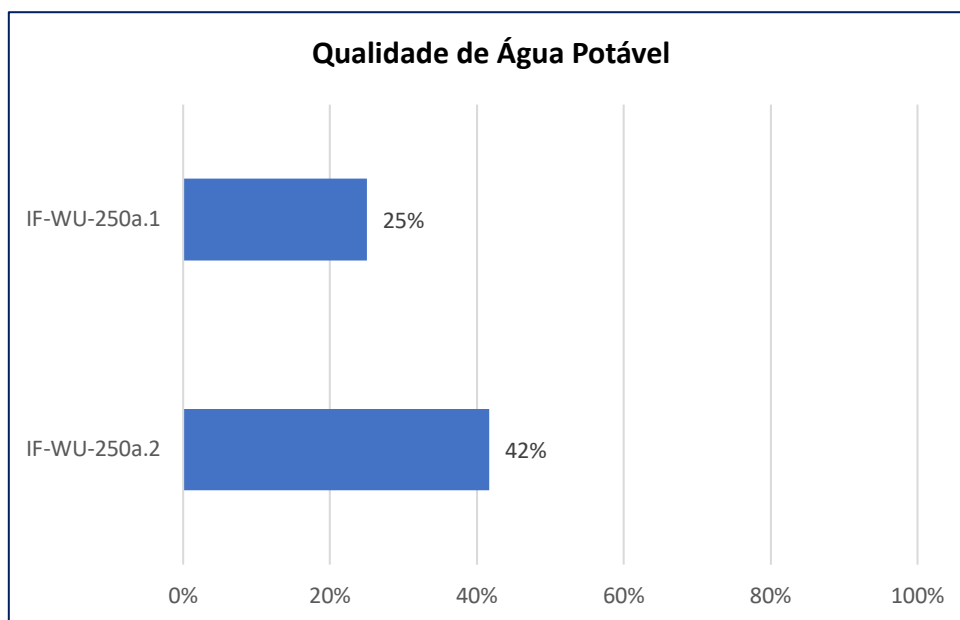
**Comentários sobre o tópico:**

O gráfico aponta um baixo nível de evidenciação sobre a qualidade de água potável. A gestão desse aspecto é muito relevante para garantir a continuidade das operações da empresa. A falta de reporte sobre esse tópico prejudica o entendimento de como a administração está mitigando problemas relacionais com contaminantes na água potável que ainda não são regulamentados, mas pode se transformar em riscos potenciais à empresa.

**Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento  
intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability  
Accounting Standards Board (SASB)**

---

**Gráfico 5 – Qualidade de Água Potável**



## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

### **6. Eficiência no Uso Final**

#### **6.1. Sumário**

A eficiência hídrica e a conservação por parte dos consumidores são fundamentais para a disponibilidade de recursos a longo prazo e o desempenho financeiro das operadoras de serviços de abastecimento de água. Mecanismos como desvinculação tarifária permitem que as empresas cubram seus custos fixos e obtenham retornos financeiros desejados, mesmo que o volume de vendas diminua devido à conservação de água pelos clientes. Esses mecanismos também incentivam práticas sustentáveis, alinhando os interesses econômicos das empresas com objetivos ambientais e sociais, como eficiência no uso dos recursos, tarifas mais baixas e mais investimentos em infraestrutura. O sucesso depende de boas relações regulatórias, planejamento tarifário que incorpore eficiência e execução eficaz de estratégias sustentáveis.

Como comentado anteriormente, essa atividade é muito fiscalizada pelos órgãos reguladores, bem como tem-se regras específicas estabelecidas para qualidade e potabilidade da água; portanto essas informações são de conhecimento das empresas e necessitam ser divulgadas nos relatórios de sustentabilidade.

#### **6.2. Métricas**

**IF-WU-420a.1. - Percentual da receita da empresa de serviços de água proveniente de estruturas tarifárias projetadas para promover a conservação e a resiliência da receita (consta no Guia Setorial - CBPS 02)**

Descrição breve: A entidade deve divulgar a porcentagem de receita proveniente de estruturas tarifárias que incentivam a conservação de água e a resiliência de receita. Essas estruturas incluem mecanismos que incentivam financeiramente os clientes a economizar água e melhoram a resiliência financeira das empresas, especialmente em contextos de redução do consumo médio. Exemplos incluem estruturas tarifárias desvinculadas, que separam a recuperação de custos fixos do volume vendido, e mecanismos de ajuste de receita perdida (*lost revenue adjustment mechanism* - LRAM), que permitem a recuperação de receitas perdidas devido a programas de conservação. A porcentagem é calculada dividindo a receita obtida dessas estruturas pela receita total regulada do serviço de água, limitando-se a operações de água (excluindo esgoto e águas pluviais).

## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

Categoria: Quantitativa

Unidade medida: Porcentagem (%)

### **IF-WU-420a.2. - Economias de água dos clientes provenientes de medidas de eficiência, por mercado (*consta no Guia Setorial - CBPS 02*)**

Descrição breve: A entidade deve divulgar o volume total de economia de água em metros cúbicos, resultante de medidas de eficiência hídrica implementadas ou apoiadas durante o período de relatório, para cada mercado regulamentado. A economia é calculada com base em mudanças no consumo ou demanda de água atribuídas aos programas de eficiência, seguindo a metodologia regulatória local ou o Protocolo IPM&V<sup>6</sup>. A entidade também deve detalhar as medidas de eficiência exigidas por regulamentos, informando a quantidade de água economizada, instâncias de não conformidade e incentivos recebidos por exceder os requisitos. Ela pode descrever formas de regulamentação que incentivam a eficiência hídrica e os desafios e benefícios associados, além de relatar incentivos e iniciativas voluntárias que promove para melhorar a eficiência dos consumidores.

Categoria: Quantitativa

Unidade medida: metros cúbicos (m<sup>3</sup>)

### **Comentários sobre o tópico:**

A divulgação de informações sobre eficiência no uso final é praticamente inexistente em relação as requisições do SASB. Como pode ser observado, nenhuma empresa divulga sobre a receita proveniente de estruturas tarifárias que incentivam a conservação de água e a resiliência de receita, enquanto a um baixo reporte sobre economias de água dos clientes provenientes de medidas de eficiência (17%).

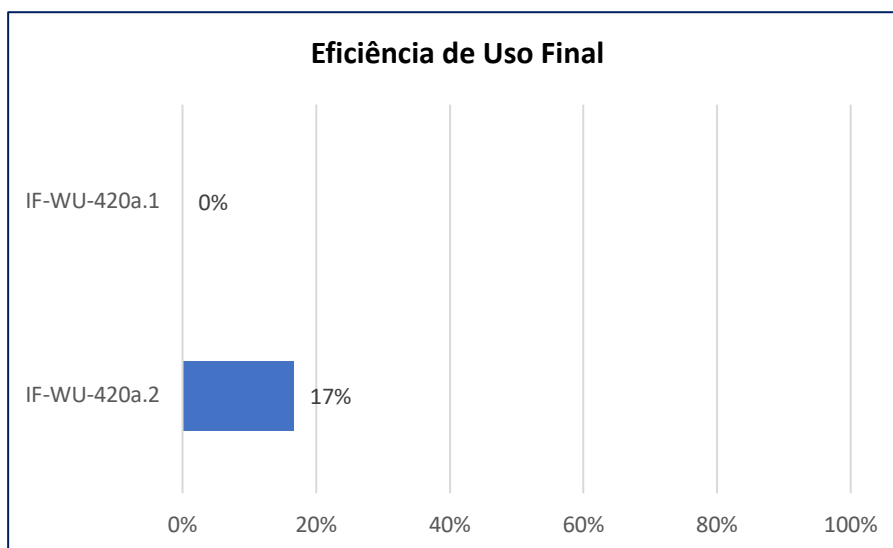
---

<sup>6</sup> Efficiency Valuation Organisation's (EVO) International Performance Measurement and Verification Protocol: Concepts and Options for Determining Energy and Water Savings, Volume 1 (IPM&V Protocol).

**Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

**Gráfico 6 – Eficiência no Uso Final**



No cálculo da tarifa, alguns desses fatores de conservação e custos são incorporados ao modelo tarifário. Mas, ainda é incipiente indicar o resultado efetivo dessas ações, na qual torna-se oportuno evoluir na medição dos efeitos, buscando medir o quanto de receitas provenientes de estrutura tarifária são destinadas a promover a conservação e o quanto impacta na resiliência das receitas.

## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

### **7. Resiliência do Abastecimento de Água**

#### **7.1. Sumário**

Os sistemas de abastecimento de água utilizam fontes subterrâneas e superficiais, podendo acessar a água diretamente ou comprá-la de terceiros, geralmente governamentais. A escassez de água, contaminação de fontes, falhas na infraestrutura, restrições regulatórias e consumo excessivo são fatores que ameaçam o fornecimento adequado. Mudanças climáticas, como secas extremas, também agravam esses desafios, resultando em restrições e impactos financeiros, como redução de receita e aumento de custos operacionais.

Falhas em infraestruturas críticas (aquedutos e canais) causadas por eventos como terremotos podem ter consequências catastróficas para clientes e finanças. Para mitigar esses riscos, as entidades diversificam suas fontes, mantêm retiradas sustentáveis, melhoram tecnologias e infraestrutura, e realizam planejamentos de contingência, além de manter boas relações com reguladores e definir estruturas tarifárias adequadas.

#### **7.2. Métricas**

**IF-WU-440a.1. - Total de água proveniente de regiões com base de estresse hídrico alta ou extremamente alta; porcentagem de água comprada de terceiros (*consta no Guia Setorial - CBPS 02*)**

Descrição breve: A entidade deve divulgar a quantidade de água doce obtida, em milhares de metros cúbicos, em regiões com Estresse Hídrico Basal<sup>7</sup> Alto (40%–80%) ou Extremamente Alto (>80%). A água doce pode incluir fontes superficiais, subterrâneas ou compradas de terceiros. Se não houver uma definição legal local, considera-se água com menos de 1.000 partes por milhão de sólidos dissolvidos. Além disso, a entidade deve informar o percentual dessa água doce que foi adquirida de terceiros, calculando a proporção da água comprada em relação ao total obtido nessas regiões de estresse hídrico elevado.

Categoria: Quantitativa

---

<sup>7</sup> Conforme definido pela ferramenta Aqueduct do World Resources Institute (WRI).



## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

Unidade medida: Milhares metros cúbicos (m<sup>3</sup>), Percentagem (%)

### **IF-WU-440a.2. - Volume de água reciclada entregue aos clientes (*consta no Guia Setorial - CBPS 02*)**

Descrição breve: A entidade deve divulgar o volume de água reciclada, em metros cúbicos, entregue aos clientes. A água reciclada é definida como água residual tratada para atender a critérios específicos de qualidade para usos diversos, que podem ser potáveis (como reforço direto no abastecimento de água) ou não potáveis (como irrigação, reuso industrial e ambiental). O cálculo do volume deve seguir os padrões de qualidade estabelecidos pelas leis ou regulamentos aplicáveis na região onde ocorre a reciclagem.

Categoria: Quantitativa

Unidade medida: Milhares metros cúbicos (m<sup>3</sup>)

### **IF-WU-440a.3. - Discussão de estratégias para gerenciar riscos associados à qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos (*consta no Guia Setorial - CBPS 02*)**

Descrição breve: A entidade deve identificar e descrever os principais riscos relacionados à qualidade, disponibilidade e acesso aos recursos hídricos, abordando restrições ambientais (como seca e estresse hídrico), regulatórias (como permissões e direitos de uso) e variabilidade das fontes de água. Ela deve detalhar os impactos potenciais desses riscos em suas operações, como aumento de custos ou prejuízos à reputação. Além disso, a entidade precisa apresentar suas estratégias de curto e longo prazo para mitigar esses riscos, que podem incluir diversificação de fontes, planejamento de contingência e investimentos em infraestrutura. A entidade também deve discutir as compensações e impactos adicionais ao ciclo de vida associados à gestão da escassez de água, como o uso de energia e emissões de GEE, explicando suas escolhas estratégicas apesar dessas compensações.

Categoria: Análise e Discussão

Unidade medida: N/d

## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

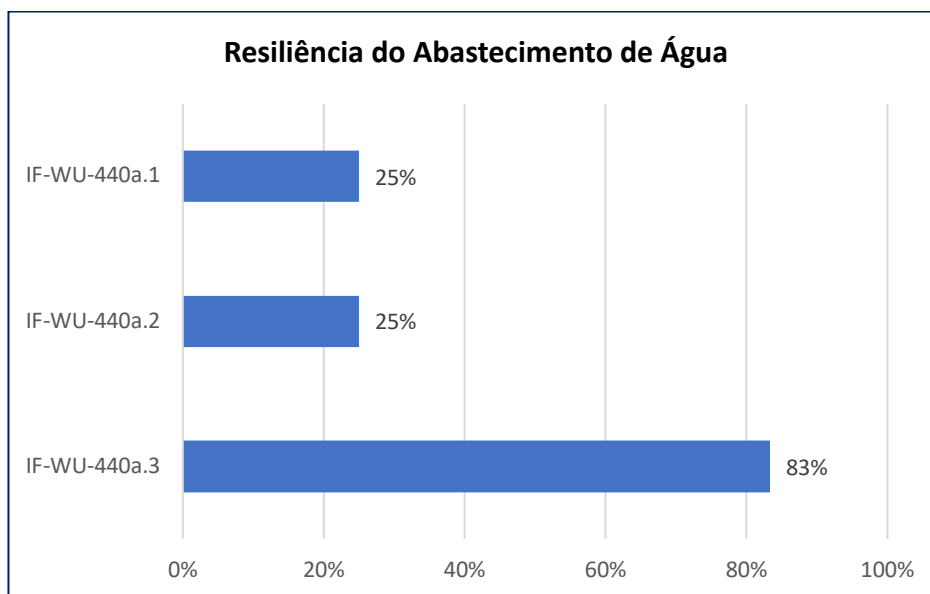
### **Comentários sobre o tópico:**

Nesse tópico dos padrões SASB, resiliência do abastecimento de água, observa-se um bom nível de divulgação referente a estratégias para gerenciar riscos associados à qualidade e disponibilidade dos recursos hídrico, que é uma análise discursiva. Por outro lado, para as primeiras métricas, que são quantitativas, há uma baixa divulgação.

As legislações nacionais e infranacionais que tratam da qualidade e potabilidade da água no território brasileiro, apresentam um conjunto importante de indicadores, e que podem ser considerados nos mapas de risco das empresas do setor.

Apesar de o SABS utilizar como referência a ferramenta Aqueduct do World Resources Institute (WRI), alguns reguladores nacionais e infranacionais apresentam metodologia própria de identificação de região com estresse hídrico, com revisão periódica; inclusive como divulgação em sítios eletrônicas.

**Gráfico 7 – Resiliência do Abastecimento de Água**





## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

### **8. Resiliência da Rede e Impactos das Mudanças Climáticas**

#### **8.1. Sumário**

As mudanças climáticas aumentam as incertezas para os sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto devido a impactos como estresse hídrico, eventos climáticos extremos, e aumento do nível do mar, que podem prejudicar a infraestrutura e operações das empresas. Tempestades mais frequentes e intensas podem causar interrupções nos serviços e sobrecarregar instalações de tratamento, resultando em lançamento de efluentes não tratados. Para minimizar esses riscos e melhorar a qualidade do serviço, pode ser necessário aumentar investimentos em capital e despesas operacionais. As entidades que implementam redundâncias e planejam estrategicamente estão mais bem posicionadas para enfrentar esses desafios e garantir a continuidade do serviço.

#### **8.2. Métricas**

**IF-WU-450a.1. - Capacidade de tratamento de água de esgoto localizada em zonas de inundação em um período de 100 anos (*consta no Guia Setorial - CBPS 02*)**

Descrição breve: A entidade deve divulgar a capacidade diária, em metros cúbicos, de suas instalações de tratamento de esgoto localizadas em zonas de inundação de 100 anos, que são áreas com 1% ou mais de chance de inundação anual. O escopo da divulgação deve incluir todas as instalações nessas zonas, que podem abranger planícies costeiras, áreas ao longo de grandes rios e áreas baixas propensas a alagamentos.

Categoria: Quantitativa

Unidade medida: Metros cúbicos (m<sup>3</sup>) por dia

**Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

**IF-WU-450a.2. - (1) Número e (2) volume de transbordamentos de esgoto sanitário (SSO) e (3) percentual do volume recuperado (*consta no Guia Setorial - CBPS 02*)**

Descrição breve: A entidade deve divulgar o número e o volume de transbordamentos de esgoto sanitário (SSO) sob seu controle, além do percentual de volume recuperado. SSOs são transbordamentos ou derramamentos de esgoto que ocorrem em sistemas sanitários. Se não houver regulamentações específicas para SSOs, a entidade deve informar as metodologias usadas para calcular os números, como medição de fluxo ou estimativas visuais. O percentual de volume recuperado é calculado com base no volume de esgoto que foi capturado e reintegrado ao sistema. A entidade pode descrever programas internos ou regulatórios para reduzir a ocorrência e o impacto de SSOs.

Categoria: Quantitativa

Unidade medida: Número, Metros cúbicos (m<sup>3</sup>), Porcentagem (%)

**IF-WU-450a.3. - (1) Número de interrupções não planejadas de serviço e (2) clientes afetados, cada um por categoria de duração (*consta no Guia Setorial - CBPS 02*)**

Descrição breve: A entidade deve divulgar o número de interrupções não planejadas em seu serviço de abastecimento de água potável e o total de clientes afetados, categorizando a duração (menos de 4 horas, entre 4 e 12 horas, e mais de 12 horas). Interrupções são definidas conforme regulamentações locais ou, na ausência dessas, incluem cortes totais de água, restrições de fluxo e outros avisos que impedem o uso normal. A divulgação deve incluir apenas interrupções não planejadas que excedem a duração prevista. A entidade também pode divulgar separadamente interrupções planejadas, detalhando o número de clientes afetados e a duração. Além disso, é necessário descrever interrupções significativas que afetaram um grande número de clientes ou que tiveram duração prolongada, explicando as causas, custos associados, ações para evitar futuras interrupções e outros impactos importantes, como ações legais.

Categoria: Quantitativa

Unidade medida: Número

**Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento  
intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability  
Accounting Standards Board (SASB)**

---

**IF-WU-450a.4. - Descrição dos esforços para identificar e gerenciar riscos e oportunidades relacionados ao impacto das mudanças climáticas na infraestrutura de distribuição e esgoto (consta no Guia Setorial - CBPS 02)**

Descrição breve: A entidade deve descrever seus esforços para identificar e gerenciar riscos e oportunidades relacionados aos impactos das mudanças climáticas na infraestrutura de distribuição de água e esgoto. Isso inclui ameaças como aumento do nível do mar, tempestades intensas e secas que podem afetar a continuidade dos serviços. As oportunidades envolvem melhorias na infraestrutura e expansão dos serviços. A entidade deve explicar como prioriza riscos e vulnerabilidades, considerando a localização, idade e características físicas de sua infraestrutura, e mencionar sua participação em programas de adaptação e mitigação climática. A gestão desses riscos pode incluir desenvolvimento de infraestrutura, monitoramento de tempestades e uso de sistemas redundantes. O escopo da divulgação abrange todos os serviços de água, esgoto e águas pluviais, e pode ser categorizado por tipo de serviço. A entidade também pode discutir como lida com esses riscos no contexto político e regulatório de tarifas, influenciando sua capacidade de expandir e fortalecer a resiliência da rede.

Categoria: Análise e Discussão

Unidade medida: N/d

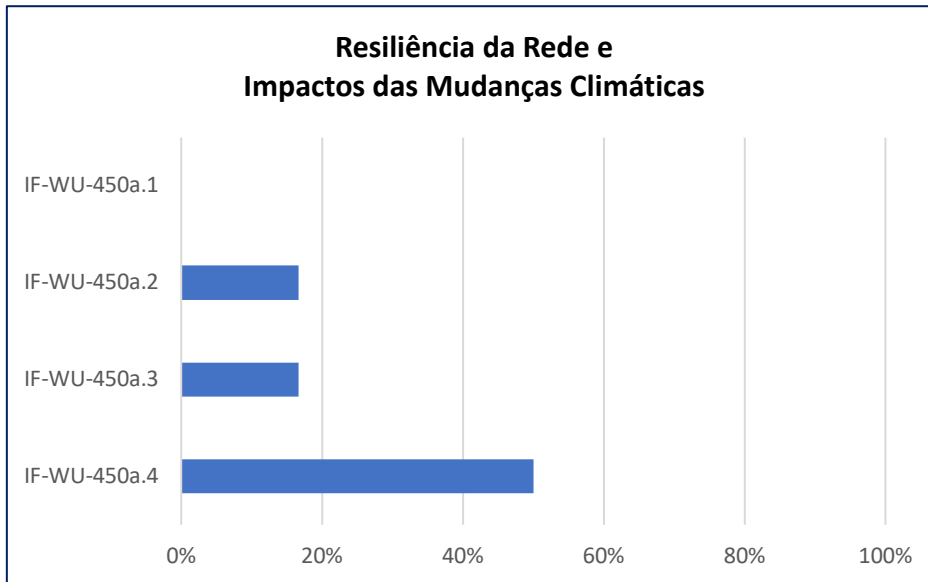
**Comentários sobre o tópico:**

O nível de evidenciação referente a Resiliência da Rede e Impactos das Mudanças Climáticas é muito baixa, apesar de uma grande preocupação do mercado sobre a resiliência frente as mudanças climáticas. Nesse sentido, observa-se pouca divulgação sobre como as empresas do setor de saneamento têm identificado e monitorado riscos e oportunidades relativos aos impactos das mudanças climáticas na infraestrutura de abastecimento de água e de esgotamento. Isso pode trazer preocupações aos usuários dessas informações sobre a capacidade das empresas em manter e aumentar o volume de suas atividades, o que influencia diretamente o fluxo de caixa da entidade.

**Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento  
intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability  
Accounting Standards Board (SASB)**

---

**Gráfico 8 – Resiliência da Rede e Impactos das Mudanças Climáticas**



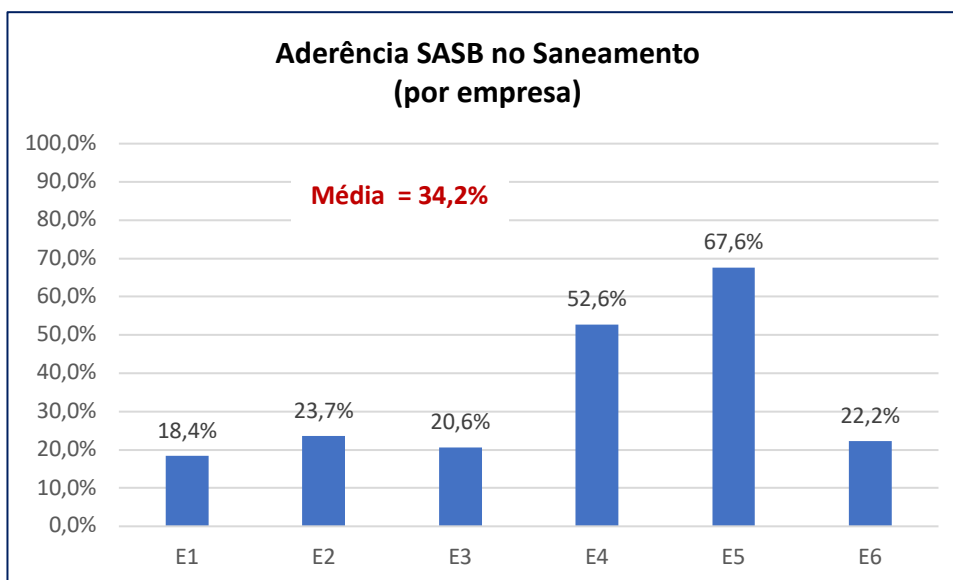
## Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)

### COMENTÁRIOS FINAIS DO GRUPO DE TRABALHO:

O setor de saneamento tem poucas empresas que já utilizam as Normas SASB para evidenciar informações financeiras relativas à Sustentabilidade.

Como foi demonstrado anteriormente, pode-se considerar que, existe um baixo nível de aderência à normas SASB no setor, inclusive com algumas métricas não apresentadas por qualquer uma das empresas da amostra. Isso é validado pela média de nível de *disclosure* de 34,2% apresentado no Gráfico 9.

**Gráfico 9 – Aderência por Empresa**



Com base no Gráfico 9, observa-se que a empresa com maior aderência tem 67,6% de atendimento das Normas SASB, mas tem empresa com somente 18,4% de aderência.

Isso demonstra que, apesar das empresas já apresentarem relatórios de sustentabilidade, ainda se deve analisar e adequar os relatórios atuais aos requerimentos do SASB específico do setor.

Pode se considerar que a não divulgação de alguma informação, pode ocorrer por diversos motivos internos a empresa, que incluem falta de estrutura interna para obtenção das informações



**Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

necessárias, custos relativamente excessivos, entre outros. Cabe ressaltar que, a não divulgação também pode estar relacionada pela não aplicação de um item ou mesmo pelo fato de que tal item não tenha relevância (observando assim o que determina o CBPS 1).



## **Relatório do Grupo de Estudos para Análise Técnica do documento intitulado como “*Water Utilities & Services*” emitido pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**

---

### **Equipe de Trabalho**

#### **Coordenação Técnica do CBPS**

Eduardo Flores

#### **Coordenação do Grupo Técnico**

Edilson Paulo - Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS)

#### **Membros do Grupo Técnico**

Arlindo Souza – Levante Corp

Diogo Ribeiro Lopes – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

Maisa de Souza Ribeiro – Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS)

Mário Shinzato – AES Brasil

Reginaldo José Castro – Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE)

Tatiana Gama Ricci – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA)

Vinicius Saraiva Caraça Benedito – Aegea Saneamento e Participações S.A.

#### **Estudo setorial**

Edilson Paulo - CBPS / Universidade Federal de Santa Catarina

João Paulo Machado Ribeiro - Universidade Federal de Santa Catarina

Risielly Mota Silva Fernandes - Universidade Federal de Santa Catarina